



Senado debate com governadores saída para déficit dos estados

Gerardo Mengalo/Agência Senado



Presidente da Casa, Renan Calheiros, receberá chefes dos estados na quarta-feira para discutir projetos de lei que ajudem a aliviar situação dos cofres locais

Além dos governadores e do presidente do Senado, deverão participar o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, e secretários estaduais. Na reunião, governadores deverão apontar medidas que, na avaliação deles, o Congresso precisa adotar para aliviar os cofres estaduais. A ideia é que regras do pacto federativo, que tratam da divisão de direitos e deveres entre União, estados e municípios, sejam revistas. Segundo Renan, estados chegaram a se endividar para cobrir despesas básicas. O último encontro do gênero aconteceu em 2013. **3**

O presidente do Senado, Renan Calheiros, fala aos governadores na reunião de 2013: encontro na quarta tratará de regras do pacto federativo

Médico se recusa a responder à CPI das Próteses

Pedro Belo Garcia/ALBS



Questionado por Malta, Sanchis permanece em silêncio

O ortopedista Fernando Sanchis, suspeito de integrar a máfia das próteses no Rio Grande do Sul, permaneceu em silêncio na reunião em que deveria prestar esclarecimentos à CPI das Próteses. Ao senador Magno Malta, limitou-se a dizer que não teve acesso aos documentos da investigação. A reunião da CPI ocorreu em Porto Alegre. **4**

Lei de Acesso à Informação faz 3 anos e Senado se destaca **2**

Comissão faz audiência sobre assassinatos de jovens **4**

Indicação de Fachin para o STF movimentou o Plenário **3**

Senadores discutem hoje fim do fator previdenciário

A Comissão de Direitos Humanos fará hoje uma audiência pública para debater o fim do fator previdenciário, mecanismo que reduz o valor da aposentadoria paga àqueles que deixam de trabalhar apenas após cumprir o período

do mínimo de contribuição, sem atingir a idade mínima necessária. Na semana passada, a Câmara aprovou uma proposta que determina o fim do fator previdenciário. O texto agora será remetido ao Senado. **3**

ACONTECEU NO SENADO

Morte de Luiz Henrique mobiliza parlamentares, que farão homenagem

O ex-governador e senador por Santa Catarina foi vítima de enfarte no dia 10. Senadores participaram do velório, na segunda-feira 11, em Joinville. Luiz Henrique será homenageado em ses-

são especial do Senado, em data a ser definida. A sabatina de Luiz Edson Fachin, candidato a uma vaga no STF, também esteve entre os fatos que marcaram a semana. **4**



Senador Jorge Viana fala durante velório de Luiz Henrique em ginásio de Joinville

Pedro França/Agência Senado

18 de Maio

Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

O abuso infantil interrompe a brincadeira, rouba a infância. O abuso afeta o desenvolvimento emocional, gera traumas e, além de acabar com a inocência, rouba a infância das crianças. A ingenuidade delas não pode ser explorada; deve ser protegida. Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes não é brincadeira, é crime. Para denunciar, disque 100.



SECOM | Publicidade e Marketing

Desde que a Lei de Acesso à Informação entrou em vigor, há três anos, a Casa se destacou em estudos da Fundação Getúlio Vargas e da organização Artigo 19 pela eficiência e pela agilidade nas respostas

Transparência do Senado é apontada como exemplo

SÁBADO, A LEI de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011) completou três anos de vigência e, nesse período, o Senado se consolidou como referência de transparência. Em 2014, foram recebidos 909 pedidos de informação e a totalidade foi respondida, segundo estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) divulgado no ano passado.

Em média, o Senado recebe 76 pedidos diários de informação e todos são atendidos pelo Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) dentro dos prazos estabelecidos pela lei aprovada pelo Senado em outubro de 2011. Ela regulamenta o direito constitucional de obter informações públicas e cria mecanismos para isso.

A FGV pesquisou instrumentos de transparência de 138 órgãos públicos do Executivo, Judiciário e Legislativo nas três esferas de poder — municí-



Serviço de Informações ao Cidadão no Senado faz também atendimento presencial

pal, estadual e federal — nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo e no Distrito Federal. A pesquisa revelou que o Senado é o mais ágil ao responder às demandas de jornalistas e cidadãos, com um tempo médio de 15,8 dias, enquanto o prazo determinado pela lei é de até 30 dias.

A organização Artigo 19, entidade que trabalha na defesa do direito à informação e de expressão, lançou no dia 14 o

relatório anual *Monitoramento da Lei de Acesso à Informação Pública*, com dados de 2014. A pesquisa também trata da aplicação da Lei de Acesso à Informação e analisou 51 órgãos públicos federais do Executivo, Legislativo e do Judiciário.

Na esfera do Legislativo, a taxa de acesso integral aos documentos do Senado chegou a 80%. O tempo médio de resposta foi o menor entre todos: 11 dias.

Casa revisa estratégias de gestão

Os diretores do Senado participaram na sexta-feira de reunião para rever o planejamento estratégico de 2013. A proposta é definir os projetos estratégicos vinculados aos sete objetivos aprovados pelo Ato da Comissão Diretora 5/2015. Os objetivos, que devem ser usados como referência para o direcionamento estratégico do Senado até 2023, são os seguintes:

aumentar a eficiência e a racionalidade no uso dos recursos públicos, melhorar de maneira contínua os processos de trabalho, valorizar as pessoas, fortalecer a transparência e a comunicação, readequar a estrutura física, preservar a memória do Senado e priorizar as atividades-fim.

De acordo com a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, a Carta de Compromissos

servirá como balizadora dos objetivos estratégicos:

— Os objetivos estão diretamente ligados aos compromissos. Hoje [sexta-feira], os projetos serão identificados, terão seus custos mensurados e serão monitorados para termos certeza de que estamos gastando corretamente e de forma eficiente e inteligente.

O encontro abrangeu a atividade legislativa, com definições para facilitar o trabalho dos senadores e da Casa.

— Grande parte do planejamento está ligada à administração interna do Senado, mas uma parte considerável dele está ligada essencialmente à nossa área-fim, como a modernização do processo legislativo — disse o secretário-geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira.

O realinhamento dos objetivos ocorreu por meio de uma dinâmica interativa entre os diretores.



Diretores do Senado participam de reunião sobre planejamento estratégico

Sessão especial comemora hoje o Dia Nacional da Defensoria Pública

O Senado fará hoje uma sessão especial pelo Dia Nacional da Defensoria Pública da União, comemorado em 19 de maio. Ana Amélia (PP-RS), au-

tora do requerimento, ressalta a importância da Defensoria Pública na representação, em especial, das camadas mais pobres da população.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA	PLENÁRIO Defensoria Pública	CMO Relatórios
11h	Sessão especial em comemoração ao Dia da Defensoria Pública; às 14h, sessão não deliberativa.	13h30 Reunião deliberativa para conhecimento de relatórios.
CDH	Fator previdenciário	MP 671/2015 Audiência
9h	Audiência pública interativa com o tema "O fator previdenciário e os direitos humanos".	14h Comissão da MP de modernização do futebol faz audiência com Ministério da Fazenda, loterias da Caixa e Bom Senso Futebol Clube.
INSTITUCIONAL	Palestra com o Xuxa	CPI DO CARF Instalação
14h	Lançamento do Programa de Formação Gerencial do Senado, com palestra de Fernando Scherer, o Xuxa.	14h30 Eleição de presidente e vice e designação do relator da CPI do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.
CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS	Debate	CJ Política pública
19h30	Comissão que investiga o assassinato de jovens faz audiência para apresentação de dados e indicadores de homicídios dos últimos anos.	8h30 Definição da política pública a ser avaliada em 2015 e pauta de três itens.
CCT	Verba de publicidade	CDR Ministro Gilberto Occhi
9h	Pauta de 40 itens; entre eles, projeto que fixa critérios para a administração pública aplicar recursos com publicidade.	9h A comissão, com a CMA, promove audiência pública para ouvir o ministro da Integração Nacional sobre a transposição do Rio São Francisco.
CDH	Assistência cirúrgica	CE Anabolizantes
9h	Audiência pública interativa sobre a situação da assistência cirúrgica aos pacientes com doenças cardiovasculares.	10h Audiência pública para discutir o PLS 120/2015, que restringe a venda de esteroides ou peptídeos anabolizantes.
CMA	Serviços de saúde	CCJ Sabatina
9h	Na pauta, projeto que impede discriminação na marcação de consultas.	10h Sabatina de Gustavo do Vale Rocha para o Conselho Nacional do Ministério Público e pauta de 12 itens.
CAE	Petróleo e gás natural	FRONTE PARLAMENTAR Família
10h	Reunião com 12 itens. Entre os quais, proposta que antecipa receitas da exploração de petróleo e gás natural.	14h Relançamento da Frente Parlamentar Mista da Família e Apoio à Vida.
CE	Programa Bolsa de Permanência	MP 671/2015 Discussão com TST e CBF
11h	Na pauta de 7 itens, projeto que institui o Programa Bolsa de Permanência Universitária.	14h Comissão da MP de modernização do futebol faz audiência com o ministro do TST Guilherme Augusto Caputo Bastos e representantes da CBF.
DEBATE TEMÁTICO	Terceirização	CRE Ministro da Defesa
11h	Senadores fazem sessão no Plenário para discutir o PLC 30/2015, que regulamenta e expande a terceirização no país.	10h Análise de embaixadores no Peru e no Equador e audiência pública com o ministro da Defesa, Jaques Wagner.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, **reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Presidente da Casa, Renan Calheiros se reunirá com governadores na quarta-feira para debater projetos de lei que podem aliviar situação financeira dos governos estaduais

Senado busca solução para rombo nos estados



O SENADO PODE ajudar os estados a dar um passo importante na retomada dos investimentos. Na quarta-feira, o presidente da Casa, Renan Calheiros, receberá representantes de todos os estados, às 11h, no Salão Negro. O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, foi convidado.

Um dos objetivos da reunião é identificar os principais temas de interesse dos estados. Existe a expectativa em relação a propostas como a PEC 33/2014, que insere a segurança pública entre as competências comuns da União, dos estados e dos municípios. A proposta consta da ordem do dia, mas ainda deve ser negociada com o governo federal.

Outro item importante é o PRS 1/2013, que institui a reforma do ICMS, com a redução das alíquotas interestaduais e maior peso à tributação no destino das mercadorias. O

projeto chegou a ser aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e iria em regime de urgência para o Plenário, mas os senadores acabaram decidindo submetê-lo ao exame de outras comissões.

— É hora de rever o pacto federativo e o Senado é a Casa da Federação por natureza constitucional. Aqui há três senadores por estado. Nós temos que regular essa Federação — afirmou Renan Calheiros.

Senadores, deputados e secretários estaduais também devem participar da reunião. Na sexta-feira, senadores manifestaram confiança em bons resultados a partir do diálogo com os governadores.

Walter Pinheiro (PT-BA) lembrou que, na véspera do encontro, participará com outros senadores de uma reunião com o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, para discutir a unificação do ICMS, o que acabaria com a chamada guerra fiscal:

— É importante que o governo se posicione sobre a criação dos fundos de desenvolvimento



Governadores participam em 2013 de reunião com os presidentes do Senado e da Câmara: questões federativas em debate

regional e de compensação para os Estados que temem perder recursos.

Para Paulo Paim (PT-RS), é quase natural a maioria dos governadores e prefeitos estarem sempre “de pires na mão”.

— Esse é um primeiro passo muito positivo tomado pelo Senado, que, espero, seja aprofundado durante a Marcha dos Prefeitos [de 25 a 28 de maio]. E que o governo federal também participe da nova pactuação.

Para José Medeiros (PPS-MT), chegou a hora de os governadores “agirem como um corpo unificado”:

— Não tem mais como man-

ter a situação. As prefeituras cada vez têm mais obrigações e menos recursos repassados pelo governo federal.

Desde o último encontro do Senado com os governadores, em 2013, várias propostas de interesse dos estados avançaram no Congresso. Um exemplo foi a alteração do índice de reajuste das dívidas estaduais. Outra reivindicação de governadores e prefeitos aprovada foi o novo rateio dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM).

A divisão mais equitativa entre os estados da receita tributária decorrente do comércio

eletrônico foi outra reivindicação dos governadores atendida pelos parlamentares em abril.

O presidente do Senado tem defendido que o Congresso ofereça alternativas para que os estados driblem a crise e retomem investimentos. Para ele, uma medida importante foi a inclusão, no PLC 15, de autorização para os governos estaduais usarem depósitos judiciais. Renan lembrou que alguns chegaram a fazer empréstimos para cobrir despesas de custeio. Para ele, é indispensável viabilizar mais recursos para os estados, que podem “quebrar”.

Plenário deve votar MPs e indicação de Fachin

Esta semana promete ser movimentada no Plenário do Senado. Com duas medidas provisórias trancando a pauta de votações — a MP 665/2014, que altera as regras do seguro-desemprego, e a MP 663/2014, que amplia o limite de recursos que o BNDES poderá emprestar —, os senadores também precisam votar a indicação de Luiz Edson Fachin a uma vaga no Supremo Tribunal Federal.

Segundo o secretário-geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira, o presidente do Senado, Renan Calheiros, vai consultar os senadores para decidir a ordem de votação, uma vez que

a pauta trancada por MPs não impede votação de indicação de autoridade:

— O Plenário deverá decidir. Se não decidir, a indicação de Fachin será votada na terça-feira [amanhã] e, na quarta, serão votadas as medidas provisórias — explicou.

A indicação foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na terça, por 20 votos a 7. A comissão também aprovou urgência para votação em Plenário. Fachin foi indicado pela presidente Dilma Rousseff para ocupar o posto de Joaquim Barbosa. O jurista terá de ser aprovado por, pelo menos, 41 dos 81 senadores,

em votação secreta e nominal.

A primeira das propostas a trancar a pauta é o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 3/2015, decorrente da Medida Provisória 665/2014. O projeto é a primeira matéria do pacote de ajuste fiscal do governo a chegar ao Senado e promete votação polêmica. Na Câmara, a medida foi aprovada com apenas 25 votos de diferença, com deputados da base governista votando contra o governo e parlamentares da oposição apoiando o ajuste.

Pelo texto, o trabalhador terá de comprovar mais tempo de trabalho para solicitar o seguro-desemprego. Atualmente, é preciso ter trabalhado seis meses com carteira assinada para ter direito ao benefício pela primeira vez. Com a MP, será preciso comprovar 12 salários em 18 meses no primeiro pedido e 9 salários em 12 meses no segundo requerimento. Nas demais solicitações, serão necessários seis meses ininterruptos de trabalho antes da demissão. O texto também altera regras para pagamento do seguro-defeso e do abono salarial.

A outra medida provisória que tranca a pauta — a MP 663/2014, transformada no PLV 5/2015 — aumenta em R\$ 50 bilhões o limite de recursos que o BNDES poderá emprestar com subvenção econômica da União. Com o aumento, o total passa a R\$ 452 bilhões.

Comissão faz audiência hoje sobre fator previdenciário

O fator previdenciário será discutido hoje, às 9h, pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), a pedido de Paulo Paim (PT-RS).

O fim do fator previdenciário foi aprovado na quarta-feira pela Câmara dos Deputados, quando votou a MP 664/2014, que trata do ajuste fiscal. A proposta foi incluída na MP por meio de emenda e está para chegar ao Senado.

O fator previdenciário é um

sistema de cálculo das aposentadorias que leva em conta a idade do trabalhador e o tempo de contribuição com o INSS. Quem se aposenta antes da idade mínima, ainda que tenha contribuído todo o tempo devido, sofre uma redução no valor da aposentadoria. O objetivo é desestimular as aposentadorias precoces.

Foram convidados para o debate representantes do governo e de centrais sindicais.

Fator previdenciário

Foi criado com o objetivo de equiparar a contribuição do segurado ao valor do benefício. É aplicado para cálculo das aposentadorias por tempo de contribuição e por idade, sendo opcional no segundo caso. Na prática, reduz o valor da aposentadoria para as pessoas mais novas.

$$\left[\frac{(TC \times A) \div ES}{100} \right] \times \left[1 + \left(\frac{ID + TC \times A}{100} \right) \right]$$

F → fator previdenciário

TC → tempo de contribuição até o momento da aposentadoria

A → alíquota de contribuição correspondente a 0,31

ES → expectativa de sobrevida do trabalhador na data da aposentadoria

ID → idade do trabalhador no momento da aposentadoria

TEMPO MÍNIMO DE CONTRIBUIÇÃO

homens: 35 anos • mulheres: 30 anos

IDADE MÍNIMA PARA A APOSENTADORIA

homens: 65 anos • mulheres: 60 anos

ACRÉSCIMOS AO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

mulheres: +5 anos • professores: +5 anos • professoras: +10 anos

EXEMPLO

Um segurado homem com 60 anos e 35 anos de contribuição ao INSS que solicita sua aposentadoria por tempo de contribuição deverá calcular o benefício da seguinte forma:

$$\left[\frac{(35 \times 0,31) \div 21,8}{100} \right] \times \left[1 + \left(\frac{60 + 35 \times 0,31}{100} \right) \right] = 0,85$$

Calculando a partir de um salário de benefício do segurado de R\$ 1.000, o valor da renda mensal da aposentadoria por tempo de contribuição será de R\$ 850 (R\$ 1.000 × 0,85).

Segurança pública e reforma política também estão na pauta

Também tem urgência na pauta do Plenário o PLC 12/2015, sobre parcelamento de terrenos de marinha e da remissão de dívidas patrimoniais com a União. Segundo Ricardo Ferraço (PMDB-ES), o projeto que foi acordado entre o governo e a Câmara simplifica processos, reduz encargos e torna mais transparente e mais justo o instituto dos terrenos de marinha. A medida pode beneficiar cerca de 10 milhões de brasileiros.

Ainda sem data para votação, está PEC 33/2014, que insere segurança pública entre as competências comuns da

União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Na quarta-feira, os senadores concordaram em adiar a votação até serem recebidos pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

Há também projetos da reforma política, como o PLS 268/2011, que estabelece o financiamento público exclusivo para campanhas eleitorais, e o substitutivo de Roberto Requião (PMDB-PR) ao PLS 60/2012, de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que proíbe doações de empresas em dinheiro, ou por meio de publicidade, a candidatos e partidos políticos.

Fernando Sanchis, que supostamente integra uma máfia que se beneficia de próteses superfaturadas custeadas pelo governo ou pelos planos de saúde, não respondeu a perguntas da comissão parlamentar

Médico suspeito fica em silêncio na CPI das Próteses

O MÉDICO FERNANDO Sanchis, suspeito de integrar a máfia das próteses, usou o direito constitucional de permanecer calado na reunião da CPI das Próteses, realizada na sexta-feira. O depoimento ocorreu na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

— Existe uma investigação da Polícia Civil do Rio Grande do Sul desde janeiro e existem duas ou três CPIs instaladas, mas até agora não tivemos acesso a nenhum documento, embora meu advogado tenha solicitado acesso aos autos do inquérito. Vou permanecer em silêncio até que a gente entenda a profundidade da situação, até para elaborar as respostas de que vocês precisam — disse.

Sanchis alegou ter sabido de seu depoimento pela imprensa e disse não ter recebido convocação oficial, comparecendo à reunião espontaneamente. Ele é suspeito de ser um dos médicos que supostamente realizavam procedimentos com próteses por preços



Magno Malta (E) faz perguntas, mas Fernando Sanchis permanece em silêncio

superfaturados, orientando seus pacientes a recorrer ao Judiciário para garantir do Estado ou dos planos de saúde o custeio — indicando sempre o grupo de advogados liderado por Nieli de Campos Severo, conhecida pelo sucesso nas inúmeras liminares obtidas na Justiça para a realização dos procedimentos cirúrgicos.

O presidente da CPI, Magno Malta (PR-ES), mesmo com o silêncio do depoente, seguiu fazendo perguntas sobre a atuação e a situação financeira de Sanchis: apesar de cobrar

R\$ 30 por consulta, ele viajava em seu próprio avião para atender pacientes no interior do estado, o que foi chamado pelo senador de “captação de futuros operandos”. Essas potenciais vítimas eram atraídas pelo custo baixo das consultas.

Malta afirmou que pedirá a quebra dos sigilos de Sanchis e das empresas de equipamentos hospitalares investigadas por supostamente integrar a máfia. As empresas obtiveram vitória na Justiça, impedindo o acesso da polícia a seus dados sigilosos.

Pesquisadores debaterão morte de jovens

A CPI QUE investiga o assassinato de jovens no Brasil faz hoje uma audiência pública com pesquisadores para conhecer os dados sobre os homicídios de jovens nos últimos anos.

Foram convidados para o debate Julio Jacobo Waiselfisz, autor do *Mapa da Violência dos Jovens no Brasil*; Luiz Eduardo Soares, ex-secretário nacional de Segurança Pública; Ignácio Cano, fundador do Laboratório de Análise de Violência da Uerj;

Sergio Adorno, coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da USP; e Michel Misse, professor do Núcleo de Estudos de Cidadania, Conflito e Violência Urbana da UFRJ.

Os homicídios dolosos são a principal causa de mortes não naturais e por violência entre jovens no Brasil, segundo um relatório da Organização das Nações Unidas divulgado no ano passado.

A presidente da CPI, Lídice

da Mata (PSB-BA), explicou que a comissão pretende discutir o problema e apresentar propostas aos governos federal, estaduais e municipais para reduzir essas mortes violentas.

— Essa CPI certamente nos levará a discutir o modelo de segurança pública que temos, o modelo de polícias que temos. Não passará ao largo da conclusão de que a nossa juventude também precisa do caminho da educação como uma das fortes possibilidades de inserção social e de afastamento da vulnerabilidade em que se encontra — afirmou a senadora.

A reunião da comissão parlamentar de inquérito começa às 19h30, na sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa.



Lídice, presidente da CPI, e Lindbergh, relator: em pauta, violência contra jovens

José Medeiros cobra do governo plano contra “mortalidade insana”

José Medeiros (PPS-MT) reclamou da ausência de um plano efetivo para a segurança pública. Segundo ele, já existem diagnósticos, mas falta decisão sobre o que é preciso fazer. Lembrou que, enquanto isso, o Brasil tem uma “mortalidade insana”.

Para ele, o Ministério da Justiça pode até estar “preocupado” com a questão. Salientou, contudo, que muitas vezes a rotina pode resultar em acomodação, “cauterizando a mente do gestor”.



Pedro França/Agência Senado

Paim pede a Dilma que não vete mudança na regra de aposentadoria

Paulo Paim (PT-RS) dá como certa a aprovação da proposta que permite aplicar a regra 85/95 em vez do fator previdenciário. Ele pediu a Dilma Rousseff que não vete o texto:

— Presidenta, isso foi compromisso de campanha. Eu não gostaria de trabalhar para derrubar esse veto.

Pela regra, mulher pode se aposentar com benefício integral quando a soma da idade com os 30 anos de contribuição for 85. Para o homem, a soma deve dar 95.



Pedro França/Agência Senado

ACONTECEU NO SENADO

Senadores se despedem de Luiz Henrique

Em data a ser marcada, o Senado fará uma sessão especial para homenagear o senador Luiz Henrique, morto no dia 10, vítima de infarto. No dia 11, a sessão da Comissão de Direitos Humanos (CDH) fez uma homenagem ao senador e ao ex-deputado federal Mendes Ribeiro, que também morreu no início da semana passada. No mesmo dia, 20 senadores participaram do velório de Luiz Henrique, ocorrido num ginásio construído por ele em Joinville (SC), quando era prefeito da cidade. Seus colegas de PMDB emocionaram-se ao falar do companheiro e fundador do partido.



Jorge Viana fala em nome do Senado no velório de Luiz Henrique da Silveira

COMISSÃO APROVA FACHIN PARA O SUPREMO



Na terça-feira, após quase 11 horas de sabatina, que contou com a participação popular, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, por 20 votos a 7, a indicação de Luiz Edson Fachin para uma vaga no Supremo Tribunal Federal. A indicação vai agora ser analisada em regime de urgência pelo Plenário, o que deve ocorrer amanhã. Fachin foi indicado pela presidente Dilma para ocupar o posto de Joaquim Barbosa, que se aposentou.

MEDIDAS PROVISÓRIAS TRancam A Pauta DO PLENÁRIO

A MP 665/2014, que restringe o acesso dos trabalhadores ao seguro-desemprego, ao abono salarial e ao seguro-defeso, chegou ao Senado na terça-feira. Ela tranca a pauta de votações do Plenário. A MP 663/2014, que aumenta em R\$ 50 bilhões o limite de recursos que o BNDES poderá emprestar com subvenção da União, foi lida na quarta. O texto também chegou trancando a pauta do Senado e tem até 28 de maio para ser votado.

CÓDIGO PENAL VOLTA PARA COMISSÃO

Na quarta, o Plenário decidiu pelo reexame do PLS 236/2012, que institui o novo Código Penal, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O PLS 150/2015, que criminaliza a discriminação por orientação sexual, tramita com o primeiro projeto.

CLUBES FAZEM CRÍTICAS À MP DO FUTEBOL

A comissão mista que analisa a MP 671/2015 (MP do Futebol) promoveu audiências públicas com dirigentes de equipes de todas as divisões do Campeonato Brasileiro na terça e na quarta. Eles se queixaram do excesso de exigências da MP.

SENADORES OUVEM MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES

O ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, participou de uma audiência pública promovida pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) na terça-feira passada. O ministro Berzoini apresentou aos senadores o projeto do Programa Banda Larga para Todos e pediu a colaboração do Congresso Nacional para modernizar a legislação da radiodifusão brasileira.



Gerardo Magela/Agência Senado

PROJETO ISENTA DOENTES DO IMPOSTO DE RENDA

Na terça, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou em turno suplementar o substitutivo ao projeto de Paulo Paim (PT-RS) que concede isenção de Imposto de Renda (IR) sobre proventos de aposentadoria ou reforma aos portadores de doenças reumáticas, neuromusculares e osteoarticulares crônicas ou degenerativas. Por meio de emenda, a doença de Huntington e a linfangioleiomiomatose pulmonar foram incluídas no rol das doenças cobertas pelo projeto. Como a aprovação se deu em caráter terminativo, a proposta será enviada à Câmara se não houver recurso para votação no Plenário.